



A identidade posta à mesa

Reginaldo Prandi

O sagrado e o impuro no judaísmo: lei, comida e identidade,
de Marta Francisca Topel, Rio de Janeiro, Telha, 2022, 224 p.

Nos mais diferentes lugares e épocas, é comum a associação entre comida e religião, especialmente nas religiões tradicionais, como as do Egito, da Grécia clássica, da Roma antiga e também em muitas outras, que sobrevivem até a atualidade. É o caso das diversas religiões africanas, trazidas à América pelos escravizados e que, nesse novo território e na nova sociedade, adaptaram-se e se transformaram em religiões que hoje fazem parte da cultura de diferentes países. É o caso do judaísmo, cujos costumes e práticas sociais, diversos em suas origens, adaptaram-se e se transformaram nos diferentes países a que essa religião chegou em séculos de vida na diáspora. Comida e religião significam, respectivamente, mais que alimentação e sustento, e mais que crença e explicação. Ambas estão associadas à conduta, aos modelos

de comportamento e ao modo de ver o mundo, que compreende ver-se a si e ao outro, transitar entre o igual e o diferente.

Nem sempre o seguidor de uma religião se dá conta do vínculo entre religião e comida, mas seguir uma religião implica acatar as leis dessa religião, as quais, em muitos casos, definem o que se come, como se come, quando e com quem se come. Pela boca, saem as palavras “eu sou”, “eu sei”, “nós somos”. Também pela boca entra o que se come e o como se come. É na repetição desses gestos, tão comezinhos e corriqueiros da vida diária, reiterados a cada momento, que cada um pode ser visto expondo, definindo e realimentando a identidade do seu grupo e do seu lugar em meio à teia da diversidade social humana. O reconhecimento étnico

REGINALDO PRANDI é Professor Emérito da Universidade de São Paulo e autor de, entre outros, *Mitologia dos orixás* (Companhia das Letras).

daquele que come mostra-se, assim, por meio de uma prática material e essencial na garantia da vida. Material porque comida é matéria. Mas não se trata apenas disso. É a religião que se manifesta acima da materialidade do ato de comer, segundo regras específicas. É a religião que define a identidade, dotando-a de um compromisso, dos laços e sentidos com o mundo espiritual.

Os seres humanos usualmente tratam seu deus ou seus deuses, a depender da crença, como cuidam de seus pais e seus filhos, garantindo-lhes a existência. Em muitas religiões, devem oferecer aos humanos próximos e às suas divindades o que garante a vida: comida, bebida, abrigo e diversão, enfim, aquilo que, no âmbito da religião, chamamos de sacrifício, sacrifício votivo, oferenda. Quando, histórica e culturalmente, o sacrifício material é abolido, o que já ocorreu sob as mais diversas condições e por diferentes motivos, a relação da religião com a comida foi substituída por rituais simbólicos em que a comida sacrificial ou votiva passa a ser representada por um símbolo sagrado, caso da hóstia na missa católica e da santa ceia dos protestantes; a comida também pode ser incorporada ou ter um papel mais importante em cada ação diária, minimamente normatizada pela religião. O bom religioso, o verdadeiro seguidor da crença, tem que comer corretamente, segundo a lei. Tanto a produção da comida como a de seus ingredientes, assim como tudo o mais que está ligado à ingestão do alimento, se transforma em ato religioso. Para ter validade, em alguns casos, a preparação precisa ser vigiada, em outros, o alimento precisa ser inteiramente produzido,

em casos mais precisos, sua validade deve ser atestada pela autoridade religiosa. Não basta saber rezar e ser virtuoso, é preciso comer direito e comer o que é certo. Quando tais condições estão presentes, já não é simplesmente da comida e da religião que se fala, mas da sociedade, da cultura e da história.

As religiões mudam, todas elas, porque são instituições da sociedade. Mudam as leis da religião, a orientação da conduta, as normatizações dos atos de comer e produzir a comida. Isso pode ser observado sem muito esforço. Até o Concílio Vaticano II, na década de 1960, os católicos não comiam carne às sextas-feiras, nem na Semana Santa. Desde então, comem. Cultores dos orixás preparavam suas comidas votivas em pilões, fogões a lenha, recipientes feitos de barro e de madeira. Usam agora liquidificadores, fogões a gás, panelas de alumínio. O que se pegava no mato é, hoje, comprado na quitanda. O sacrifício de sangue, tão fundamental no candomblé, já vem sendo substituído por alguns sacerdotes dispostos a adotar princípios veganos.

Lei identitária, comida e religião; essa inter-relação tão forte e, de modo geral, pouco notada nas sociedades humanas, é o objeto de Marta F. Topel no livro *O sagrado e o impuro no judaísmo: lei, comida e identidade*, ao tratar das leis sobre alimentação, ou *kashrut*, com foco em grupos judaicos observantes que cumprem, no dia a dia, a *Halachá*, ou seja, em hebraico, a “lei” ou o “caminho”. Compilada na Idade Média, a *Halachá*, compêndio de leis e preceitos, não deixou, segundo Marta F. Topel, de sofrer os efeitos de mudanças e arranjos sociais intensos, tendo que incorporar, aos originais 613 preceitos, novas

regras, compatíveis com novos tempos e lugares, e também as decorrentes de inovações tecnológicas que afetam os modos de ser e de viver por toda parte.

O que cumprir rigorosamente e o que ver com menor atenção são pontos decisivos na constituição de grupos específicos de seguidores, com a formação de correntes que se opõem e com a transformação de certos rabinos em celebridades e fontes de referência e, como diz Marta F. Topel, em autores de transgressões e criadores de paradoxos: “O zelo dos rabinos das últimas gerações em legislar do modo mais severo, [...] paradoxalmente, tem criado subterfúgios e transgressões que acabam sendo parte do sistema”.

O livro *O sagrado e o impuro no judaísmo* resulta do interesse acadêmico da autora pelos grupos da ortodoxia judaica. Marta F. Topel compartilha com o leitor não apenas qual é hoje o estado da questão religião-comida-identidade no judaísmo, mas revela os caminhos da mudança percorridos nos diferentes países da diáspora ao longo dos séculos. Seu olhar sociológico crítico, unido ao saber que acumulou ao longo da experiência de vida que compartilhou com a identidade do pesquisado, ou, pelo menos, por alguma de suas possíveis manifestações, faz de Marta F. Topel a pesquisadora ideal para enfrentar um tema aparentemente fácil, mas de difícil compreensão. Por isso o livro, embora escrito com grande leveza, clareza e profundidade, não é fácil: é preciso comprometer-se com a sua leitura. E vale a pena.

Ao chegar à última página sabemos mais sobre os judeus, mais sobre a ortodoxia ou ortodoxias judaicas e, especialmente, muito mais sobre a relação entre religião e comida. Sobretudo, sabemos mais sobre o viver junto, em sociedade, estando dotados, cada um de nós, de mecanismos simbólicos de autorreconhecimento e de vislumbres do que, afinal, somos, e de quem é o outro. Identidade à mesa, e da mesa ao mundo, assim eu sintetizaria, se possível fosse, um assunto tão complexo.

Marta F. Topel vale-se de pesquisa de campo realizada no Brasil e em Israel, ouvindo autoridades religiosas e gente do povo, seguidores mais e menos convictos. Por outro lado, a extensa pesquisa em fontes bibliográficas dá conta do que não se alcança nem se pode mais alcançar por meio da entrevista. Tudo começa na Idade Média, chega aos dias de hoje e ainda não acabou.

Para o leitor menos familiarizado com a cultura judaica, o uso de termos e expressões próprias poderia dificultar a leitura, mas a autora se vale de notas de rodapé para pôr tudo às claras; clareza, aliás, que se faz ampliada por um glossário e um índice remissivo ao final do livro. *O sagrado e o impuro no judaísmo: lei, comida e identidade* se torna, assim, um instrumento de conhecimento que vale tanto para os que se identificam com o mundo-objeto pesquisado, quanto para cientistas sociais e outros acadêmicos, além dos que buscam nos livros a satisfação de sua curiosidade intelectual, espiritual e alimentar.